

Vamos avaliar a educação profissional do futuro com instrumentos do passado?



» HÉLIO LARANJEIRA
Procurador de Estado, educador e pesquisador da educação profissional e tecnológica. Foi conselheiro do Conselho de Educação do DF e presidente da Câmara de Educação Profissional e Tecnológica

O Brasil começa a construir uma das mais importantes arquiteturas institucionais para o futuro da educação profissional: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, o Sinaept. É uma iniciativa necessária. Talvez até tardia. Durante décadas, aprendemos a contar matrículas, autorizar cursos, fiscalizar documentos e verificar estruturas. Mas ainda sabemos pouco sobre perguntas mais importantes: o estudante aprendeu? Concluiu o curso? Desenvolveu as competências necessárias? Conseguiu trabalho? Melhorou sua renda? A formação dialoga com as vocações econômicas do território?

Essas perguntas deveriam estar no centro de qualquer sistema contemporâneo de avaliação da educação profissional. A criação do Sinaept representa uma oportunidade histórica. Mas traz também um risco: construirmos um sistema destinado a avaliar a educação profissional do futuro utilizando instrumentos concebidos para a escola do passado.

Não existe avaliação neutra. Todo instrumento carrega uma concepção de qualidade. Quando valorizamos predominantemente prédios, equipamentos e documentos, estamos dizendo que qualidade é estrutura e conformidade. Quando medimos aprendizagem, permanência, competências e inserção profissional, afirmamos que a transformação produzida pela educação também importa.

As condições de oferta são fundamentais. Segurança, organização pedagógica, professores preparados e ambientes adequados são indispensáveis. Mas existe uma diferença decisiva entre avaliar as condições para que a aprendizagem aconteça e verificar se ela efetivamente aconteceu.

Uma instituição pode possuir excelentes

instalações e documentos impecáveis — e produzir pouca aprendizagem. Outra pode utilizar uma estrutura mais enxuta, laboratórios compartilhados, ambientes profissionais reais, simuladores, inteligência artificial, realidade virtual e plataformas adaptativas — e produzir resultados extraordinários. Qual delas oferece maior qualidade?

A resposta não pode estar apenas nos prédios. Por isso, o Sinaept não deveria se transformar simplesmente em um “Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) dos cursos técnicos”. A educação profissional possui natureza própria. É mais dinâmica, territorial, conectada ao mundo do trabalho e sensível às mudanças tecnológicas.

Precisamos incorporar o conceito de infraestrutura educacional expandida. A escola do século 21 não termina em seus muros. Pode utilizar hospitais, indústrias, oficinas, centros tecnológicos, unidades móveis, laboratórios compartilhados, simuladores e ambientes digitais.

A pergunta não deveria ser apenas: “A instituição possui determinada estrutura?”. Mas: “Dispõe de acesso efetivo, seguro e pedagogicamente adequado aos recursos necessários para desenvolver as competências previstas?”.

Essa mudança permitiria compartilhar infraestrutura, reduzir desperdícios, aproximar escolas e empresas e levar educação profissional a regiões onde seria economicamente inviável reproduzir estruturas tradicionais completas. É fazer mais com menos, sem abrir mão da qualidade.

A visita in loco continuará importante. Mas uma visita é uma fotografia. A aprendizagem é um filme. Hoje, a tecnologia permite acompanhar continuamente frequência, participação, desempenho, progressão, risco de evasão e desenvolvimento de competências. O futuro da avaliação deveria combinar presença, dados e evidências: in loco mais digital mais longitudinal mais avaliação de competências.

A visita verifica. Os dados acompanham. A competência demonstra. A trajetória do estudante revela. E o mundo do trabalho ajuda a confirmar. Talvez seja necessário inverter a lógica tradicional da avaliação. Em vez de começar pelo prédio e terminar

no aluno, deveríamos começar pela trajetória humana: acesso, permanência, aprendizagem, competência, certificação, inserção produtiva e aprendizagem ao longo da vida.

O estudante não entra em um curso técnico para melhorar os indicadores de uma instituição. Entra para transformar sua vida. Por isso, o diploma não pode ser o último dado que conhecemos sobre ele. Precisamos compreender se conseguiu trabalho, se atua na área em que foi formado, se sua renda aumentou, se empreendeu ou prosseguiu os estudos.

Também precisamos perguntar se o curso faz sentido no território em que é oferecido. Um curso pode ser excelente e, ainda assim, formar para empregos que não existem naquela região. Outro cuidado é impedir que a avaliação congele a inovação. Todo indicador produz comportamento. Se premiarmos documentos, as instituições produzirão documentos. Se premiarmos patrimônio, comprarão patrimônio. Se valorizarmos aprendizagem, competências e resultados, buscarão melhorar esses resultados.

O princípio deveria ser simples: equivalência de resultados, e não identidade de meios. O Estado deve exigir qualidade, segurança, aprendizagem e transparência. Mas não deve presumir que existe apenas um caminho para alcançá-las.

O Sinaept poderá tornar-se mais um sistema de formulários, visitas, relatórios, notas e processos. Ou poderá ser algo muito maior: uma verdadeira inteligência nacional da educação profissional, integrando aprendizagem, competências, permanência, conclusão, trabalho, renda, demandas territoriais e transformações tecnológicas.

Nesse modelo, avaliar não seria apenas controlar. Seria produzir inteligência para ajudar o estudante a escolher, a instituição a melhorar, o Estado a planejar e o território a desenvolver suas vocações. O Brasil precisa do Sinaept. Mas precisa ter coragem para enfrentar a pergunta central: vamos avaliar a educação profissional do futuro com os instrumentos do passado?

A escola mudou. O trabalho mudou. A tecnologia mudou. O estudante mudou. A forma de aprender mudou. A avaliação também precisa mudar.

O que a Copa do Mundo pode ensinar sobre o casamento?

» RUDYARD RIOS
Juiz de paz do TJDF



A cada quatro anos, o Brasil vive um ritual conhecido, as ruas ganham novas cores, os encontros mudam de horário, desconhecidos se abraçam diante da televisão e, por algumas semanas, o país inteiro parece compartilhar um mesmo objetivo: vencer.

No futebol, essa lógica faz todo sentido, o jogo existe para definir quem avança e quem fica pelo caminho. Há um adversário, um placar e uma taça, cada equipe procura explorar o erro da outra, o sucesso de um depende, inevitavelmente, do fracasso do outro.

Quando a Seleção é eliminada, multiplicam-se as análises. Faltou organização, houve falhas defensivas, escolhas equivocadas. O esporte aceita esse tipo de leitura porque sua natureza é competitiva. No fim da partida, alguém vence e alguém perde, o problema começa quando essa lógica atravessa a porta de casa.

Sem perceber, muitos casais passam a viver o casamento como se disputassem uma Copa do Mundo permanente. As conversas deixam de ser espaços de encontro e se transformam em arenas, a preocupação já não é compreender o outro, mas convencê-lo, o objetivo deixa de ser resolver o conflito e passa a ser vencer a discussão. Cada argumento vale como um gol, cada erro do parceiro é comemorado como prova de que se estava certo, cada pedido de desculpas parece uma rendição.

Há muitos anos, Rubem Alves recorreu a uma metáfora que continua surpreendentemente atual. Ele dizia que alguns relacionamentos se parecem com uma partida de tênis, enquanto outros lembram um jogo de frescobol. No tênis, cada jogador procura dificultar a devolução da bola. Um golpe perfeito é justamente aquele que o adversário não consegue responder, o ponto nasce da incapacidade do outro. No frescobol, acontece exatamente o contrário. O desafio consiste em manter a bola no ar, cada jogador procura devolvê-la da melhor maneira possível para que o outro consiga continuar. A beleza do jogo não está em derrotar quem está à sua frente, mas em construir, juntos, uma partida que dure o máximo possível. Essa talvez seja uma das imagens mais felizes para compreender o casamento.

O casamento não foi pensado para produzir vencedores individuais, mas, sim, para formar uma equipe. Essa diferença parece simples, mas altera completamente a forma de enfrentar os conflitos. Quando duas pessoas se enxergam como adversárias, toda divergência representa uma oportunidade de vencer. Quando se reconhecem como parceiras, toda divergência passa a ser um problema comum que precisa ser resolvido.

É curioso perceber que o direito de família também caminhou nessa direção. Durante muito tempo, o casamento foi visto quase exclusivamente como um contrato, cercado de deveres e formalidades. Hoje, embora seus efeitos jurídicos permaneçam relevantes, ele é compreendido como uma comunidade de vida, fundada na cooperação, na solidariedade e na responsabilidade recíproca. Não se trata apenas de dividir patrimônio, mas de compartilhar a existência.

Essa mudança jurídica reflete uma compreensão mais profunda da própria condição humana. As relações mais importantes da vida não sobrevivem porque alguém vence mais discussões, sobrevivem porque as pessoas aprendem a preservar aquilo que existe entre elas.

No esporte, existe um detalhe que raramente recebe atenção, quando termina a partida, os jogadores trocam de camisa, cumprimentam-se, e cada equipe segue seu caminho. O vínculo termina junto com o apito final, no casamento, não há apito. A conversa interrompida hoje reaparece amanhã, a ironia dita por impulso permanece na memória, a humilhação não desaparece com o encerramento da discussão. Diferentemente do futebol, o relacionamento continua depois do placar.

Talvez por isso, o casamento tenha mais a aprender com o frescobol do que com qualquer campeonato. O verdadeiro êxito não está em marcar mais pontos, mas em desenvolver a delicada capacidade de devolver a bola de um jeito que o outro ainda consiga alcançá-la. Afinal, algumas partidas são feitas para revelar quem é o melhor. Outras, muito mais importantes, existem para lembrar que ninguém chega longe jogando sozinho.



Agora, vá entender...



» PAULO JOSÉ CUNHA
Jornalista, professor e escritor

Há coisas tão bizarras que até ultrapassam o nível do inacreditável. Quer ver?

Já pesquisei, indaguei e não consegui uma explicação plausível para o fato de os cintos de segurança do banco traseiro dos carros terem uma espécie de “segredo”, obrigando os passageiros a procurar entre duas opções a que aceita o cinto “certo”. Se o passageiro não acertar com o encaixe correto, tem de tentar no outro até conseguir conectar. Então dispara um alarme enjoado até o cinto ser conectado. Às vezes, a operação se transforma num malabarismo, porque em muitos casos o conector desceu por aquele vão entre o assento e o espaldar da poltrona, e é uma luta pra encontrá-lo, puxá-lo pra fora e, por fim, conseguir encaixar o cinto. Uff! E olha que os dois conectores estão um ao lado do outro! Teoricamente, portanto, qualquer que fosse o encaixe, a conexão estaria valendo e o

passageiro, protegido. Mas, se pode complicar, pra que facilitar, né não? Agora, vá entender...

Ainda em relação aos carros, há um troço que também não consigo entender. Em muitos modelos, o motorista é quem comanda a abertura ou o fechamento dos vidros traseiros. Mas em diversos casos, não é o motorista quem trava a abertura das portas traseiras, uma providência essencial para proteger as crianças. Quer dizer: pra abrir ou fechar vidros, tudo bem. Mas pra garantir a segurança das crianças, nem thuns, né? Agora, vá entender...

Ah, tem mais um descalabro desses nos carros. Alguém aí sabe me explicar por que é que as portas têm aquela primeira etapa do fechamento se ela não vale e a gente tem de bater a porta de novo pra fechar de verdade? São dois trabalhos, né não? Ora, vá entender...

Quer ver outra doidice dessas? Pois tá. Por que diabo os técnicos de futebol têm de ir aos estádios trajando terno, gravata e, em alguns casos, até colete? Ééé: colete! Às vezes, está fazendo um calor “senegalesco” como diziam os comentaristas do passado, e o técnico lá, do lado do campo, todo enfiatado, gravata apertada, acompanhando a partida, até correndo na beirada do campo, suando como uma cuscuzeira e gritando com os jogadores. Coisa mais doida, siô! Será que eles pensam que usando terno e gravata aumentam o respeito dos jogadores

por eles? Eu, hein! Ancelotti é um, com aquele chiclete que não para de mascar. Agora, vá entender...

E as bermudas masculinas sem braguilha? Os estilistas inventaram uma tira de pano pra ficar ali na frente do... propriamente dito, vamos dizer assim em respeito às famílias. Ah, você entendeu que eu sei. Entendeu, sim, você não me engana! Pois é. Só que não tem braguilha: na frente é... fechado! O que obriga o usuário a desatar o cinto e baixar a bermuda na hora do xixi, pra depois subir e fechar tudo: o cinto, se for bermuda de cinto, ou aqueles cordões de amarrar. Ora, com a braguilha seria bem mais fácil colocar o propriamente dito pra fora, despejar o xixi e fechar os botões. Só que, nas bermudas que fingem ter braguilha, quem olha de primeira até vê mesmo uma braguilha, só que não tem braguilha alguma, só aquela tira de pano indicando que ali deveria ter... uma braguilha! Pura enganação. Agora, vá entender...

Mas tem uma que decididamente eu não consigo entender e aposto que você também não, quer ver? Então me explica aí: por qual obscura razão as blusas dos pijamas masculinos têm aqueles decotes enooormes? Além de deselegantes, não servem para absolutamente nada. Se é pra refrescar, não refresca coisa alguma. Toda vez que visto um pijama desses, comento, sozinho na frente do espelho: — Diz aí: pra que é mesmo esse decotão se eu não vou... amamentar? Quá, quá, quá! Agora, vá entender...